

PFL reúne apoio para emenda das eleições gerais

O PFL já está colhendo assinaturas para apresentação de sua emenda propondo eleições gerais em 15 de novembro do próximo ano, consideradas inevitáveis pelo senador Jorge Bornhausen (SC), ex-ministro da Educação.

A emenda, redigida e liderada pelo deputado José Moura (PFL-PE), permite que os atuais ocupantes de cargos no Executivo se candidatem à reeleição ou a outros cargos desde que renunciem três meses antes das eleições.

Estratégia

A emenda de José Moura, político muito ligado ao presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), já recebeu o apoio de vários líderes do partido, como Jayme Santana (MA), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Inocêncio de Oliveira (PE), Guilherme Palmeira (AL), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS). A grande surpresa foi a assinatura da deputada Rita Camata (PMDB-ES).

O objetivo do PFL com a campanha pelas eleições em todos os níveis é deixar o PMDB em posição delicada. A previsão das lideranças do PFL é de que o PMDB jamais concordará com eleições gerais no próximo ano porque está muito desgastado. Dos 22 go-

vernadores do PMDB no máximo três ou quatro terão condições de reeleição e a atual representação do Congresso será diminuída em 30%. Com isso, o PMDB perderá sua maioria.

A emenda de José Moura estabelece as eleições gerais em 15 de novembro vindouro, permite a reeleição e que os dois senadores mais votados terão mandato de oito anos. Em sua justificativa, afirma o deputado pernambucano:

1 — O novo ordenamento jurídico reclama uma nova legitimação dos mandatos constituídos com base no antigo regime. A Constituinte produzirá um novo regime, entendido como o conjunto de instituições políticas. É necessário depurar os mandatos conferindo-lhes uma legitimidade a partir deste novo regime.

2 — A Assembléia Nacional Constituinte retrata a vontade do povo que reclama eleições gerais. É preciso retomar a esperança. A Constituinte não pode desampontar a expectativa do povo de quem recebeu um mandato para edificar uma nova ordem social e jurídica no País.

3 — A emenda visa a eleição dos governantes e legisladores em todos os níveis. O princípio da inelegibilidade não se aplica porque representa o elo entre dois regimes.

Sucessão leva ACM a conversa secreta

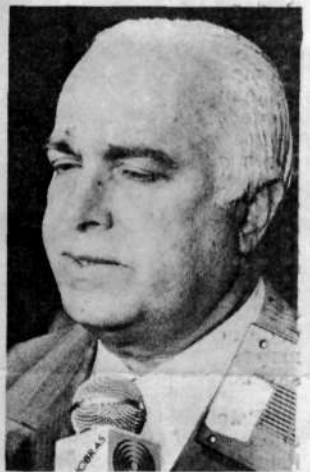
Belo Horizonte — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a posição do presidente José Sarney, em relação à duração de seu mandato, "já foi explicitada de uma maneira muito clara, revelando, que o que a Assembléia Nacional Constituinte estabelecer, ele val cumprir". Destacou, porém, que, em sua opinião pessoal "e com base em uma postura patriótica", as eleições presidenciais deveriam ser realizadas em 1989.

"Acredito que esta tese tenha muitos adeptos", prosseguiu o ministro das Comunicações, que veio a Belo Horizonte reunir-se com o governador, com quem, segundo afirmou, tratou "de relevantes temas políticos, mas que, por serem secretos, não posso divulgar". Antônio Carlos Magalhães reiterou que a realização da votação em 1989 "será uma iniciativa muito boa para o Brasil, porque sentimos que não há clima para que se faça uma eleição no próximo ano".

Antônio Carlos Magalhães disse ainda que o que o Brasil mais precisa, nas atuais circunstâncias, políticas e econômicas, "é de trabalho, apenas trabalho e muito trabalho". Assinalando que o presidente José Sarney, "qualquer que seja o tempo de mandato que lhe restar", pretende recuperar o tempo perdido e realizar uma brilhante administração", em benefício de todo o povo brasileiro, especialmente as camadas menos favorecidas". Salientou que esta ação se fará "sem a participação de forças ou facções que só se interessam por cargos ou politicagem, que já não tem lugar no atual governo".

CANDIDATURA

A candidatura do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a sucessão do presidente José Sar-



Antonio Carlos

ney, "é um projeto válido, enquanto opção do partido da Frente Liberal (PFL), ao qual eu pertencço", declarou o ministro. Acrescentou que, além dos títulos pessoais que Aureliano possui, para justificar esta postulação, "ele já é o nosso virtual candidato".

Antônio Carlos negou também que esteja em andamento uma articulação destinada a garantir-lhe o posto de vice-presidente, em uma chapa que estaria sendo negociada com o governador paulista, Orestes Quéricia, na Presidência. "Tenho um bom relacionamento com o governador Quéricia e, ao que sei e a acreditar em sua palavra, ele não vai disputar a sucessão do presidente Sarney, em 1988. Além disso, não poderia ser seu vice porque pertencemos a partidos diferentes".

"A união de Minas Gerais, em termos políticos, sempre é possível", continuou o ministro, ao responder a uma indagação se acreditava em uma aliança entre o ministro Aureliano Chaves e o governador do Estado, com vistas à sucessão presidencial. Disse, porém, que, em sua reunião com o governador mineiro, "não tratamos desde assunto. Só falamos trabalho".



Covas reúne os líderes e vice-líderes e decide lutar contra o adiamento das convenções do PMDB

-2 DEZ 1987

Presidente está convencido de que o povo quer diretas em 88

O presidente Sarney não pretende influir nas votações da Assembléia Constituinte, nem mesmo para tentar aprovar mandato de cinco anos. Ele já se convenceu de que a grande maioria da opinião pública, independentemente de preferência partidária e por candidatura à sua sucessão, prefere eleições em 88.

A informação é de um parlamentar dos mais ligados ao chefe do Governo. O mesmo constituinte revelou que o presidente da Re-

pública, sentindo a tendência majoritária da sociedade, tem dito que não será ele a se posicionar contra as eleições diretas no próximo ano, contrariando o povo.

A decisão será da Assembléia Constituinte, que saberá avaliar a tendência popular. De sua parte o Presidente já reconheceu que a opinião pública quer eleições em 88. O problema será dos constituintes.

Com relação ao sistema de governo, Sarney acredi-

ta que o plenário da Constituinte restabelecerá o presidencialismo, também de acordo com a vontade da maioria do povo.

SANT'ANNA

As prováveis mudanças no Regimento Interno da Constituinte aumentaram as esperanças do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), de aprovar, no plenário da Assembléia, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ontem,

após participar da reunião do Centrão, ele reafirmou sua intenção de apresentar emenda nesse sentido e sua confiança de que ela seja aprovada de forma "majoritária" pelos constituintes.

— O mandato de cinco anos não é uma questão, digamos, da essência do Centrão, mas com mais de 280 assinaturas, mais a votação em plenário, esperamos que a proposta seja facilmente majoritária — afirmou o líder governista.

Arinos explica texto aos EUA

A Constituição que estamos elaborando é a face sofrida do nosso povo. Sofrida pelos levantes ideológicos, repressão das ditaduras militares e pela miséria. É a face também curiosa de um povo que procura a liberdade. Este retrato do processo constituinte brasileiro, embora pouco nítido, será levado aos lares norte-americanos através do depoimento emocionado do presidente da Comissão de Sistematização Afonso Arinos, gravado em um debate via satélite com o ex-presidente da Suprema Corte dos EUA, Warren Burger, presidente da Comissão dos Festejos do Bicentenário da Constituição dos Estados Unidos.

Ao destacar a importância da Constituinte para o povo brasileiro e pedir a compreensão e atenção dos grandes países como os Estados Unidos, Afonso Arinos recebeu como resposta do constitucionalista americano um conselho: "O Brasil não deve ter uma Constituição muito extensa, pois se tornaria onerosa e pesada. Deve criar apenas um maquinário que possibilite aos Poderes Judiciário e Legislativo solucionar os problemas do País".

Sobre o alerta, o senador Afonso Arinos disse que "é um comentário tipicamente americano", já que a Constituição dos Estados Unidos é sintética, mas possui um instrumento que funciona como uma Constituinte permanente, para mudar e interpretar o texto de acordo com as circunstâncias do momento, que é a própria Suprema Corte".

"Fora dos Estados Unidos nunca houve tal experiência. É um presidencialismo que nunca houve no Brasil, por isso sou defensor do Parlamentarismo. Lá há a clara divisão dos poderes, aqui não temos outra saída senão fazer uma Constituição abrangente", disse Arinos.

Mostrando um incrível conhecimento da história da Constituição, lembrando detalhes do processo de sua elaboração, o presidente da Comissão de Sistematização fez uma análise emocionada dos resultados já palpáveis da Constituinte brasileira, enumerando as diferenças dos processos de confecção das duas Cartas. Ele lembrou que a Constituição americana foi feita de forma sul generis, em segredo, por um grupo de 50 homens que se reuniam às escondidas na casa do general George Washington. "Se algum deles por um acaso deixasse parte das anotações em uma taverna, por descuido, seria duramente censurado".

GIVALDO BARBOSA



Afonso Arinos disse que a nova Carta "terá a face sofrida do nosso povo"

— Nós no Brasil tivemos experiência diferente — continuou Afonso Arinos — tivemos muitas Constituições. A do Império, da República, as revolucionárias e as militares. Agora teremos uma carta sobre a qual paira a esperança das massas e o ceticismo das elites que se dá justamente pelas "imperfeições" que a força do povo trouxe para o texto.

Neste relato, Afonso Arinos pediu perdão pelo "sacrilegio" ao comparar a Constituição que estão fazendo com a Verônica, da Bíblia, que ao cobrir a cabeça de Cristo com um pano branco, retirou com uma gravura do rosto sofrido. "A nossa Constituição está revelando a face sofrida do nosso povo. E eu peço a atenção do senhor Warren para o fato de que há muito de verdadeiro sobre o que aqui se tem feito e isto é uma experiência de interesse internacional, porque tem muito de representativo dos povos subdesenvolvidos. O Brasil é o País

da oitava economia do Mundo, possui uma das mais belas Histórias, sofrido pela miséria das grandes massas e merece a compreensão e esperança dos grandes países do mundo. Pela sua importância merece a atenção de homens como o senhor".

Em uma observação rápida, o político e jurista norte-americano disse que conhecia parte da História brasileira, que lhe foi contada pela própria filha, casada com um homem de ascendência portuguesa. "Eu tenho em mente que no próximo século o seu país será uma das grandes potências mundiais.

Dentro do programa de comemoração do segundo centenário da Constituição norte-americana, o Brasil foi escolhido entre os países da América Latina para participar com um representante que relatasse o processo de elaboração da sua Constituição. O debate foi gravado ontem no auditório Petrólio Portella,